



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

**Nesta edição 10 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, quinta-feira, 8 de novembro de 2012**

<b>A CRITICA</b> Unificação do ICMS é mortal para o Amazonas, diz Omar Aziz ..... VEICULAÇÃO LOCAL	1
<b>A CRITICA</b> Governador do AM terá nova reunião com ministro para tratar sobre ICMS ..... VEICULAÇÃO LOCAL	2
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Confaz define regras para acabar com "guerra dos portos" ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	3
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Proposta de reforma do ICMS divide governadores ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	4
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Governo pode editar MP para compensar Estados ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
<b>O GLOBO</b> Mantega negocia para reduzir o ICMS entre os estados ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	8
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> Divergência de estados ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	10
<b>PORTAL DA AMAZÔNIA</b> Ajuste do ICMS vai interferir na Zona Franca de Manaus, diz Omar ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
<b>BRASIL ECONÔMICO</b> Amazonas se diz prejudicado ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	12
<b>ARIQUEMES ON LINE</b> Zona Franca de Manaus: Estado de São Paulo trava uma 'guerra' velada' contra o Amazonas ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	13

	VEÍCULO A CRÍTICA	EDITORIA
	TÍTULO <b>Unificação do <u>ICMS</u> é mortal para o <u>Amazonas</u>, diz Omar Aziz</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A ideia do governo é que a partir de janeiro essa alíquota já passe a vigorar para as **importações** de bens, eliminando a chamada “guerra fiscal dos portos”. Em reunião na manhã desta quarta-feira (07), o governador do **Amazonas** disse que o Estado perderia R\$ 6 bilhões com a medida

**Manaus, 07 de Novembro de 2012**

**acritica.com**

Em reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, realizada nesta quarta-feira (7), em Brasília, o governador do **Amazonas**, Omar Aziz, falou sobre a proposta de unificação do **ICMS** e o impacto para a **Zona Franca** de **Manaus**.

Omar classificou a proposta de unificação do **ICMS** como "mortal para o **Amazonas**". Segundo ele, se isso acontecesse hoje o **Amazonas** perderia R\$ 6 bilhões. "Não creio que isso avance, pelos compromissos que a presidente Dilma tem com o **Amazonas**", disse, na saída do encontro.

A reunião em Brasília tinha o objetivo de tentar convencer os governadores da necessidade de reduzir gradativamente a alíquota interestadual do **ICMS**, para uma alíquota de 4%, que seria cobrada nas transações interestaduais e no **comércio** eletrônico.

Os Estados do Norte e Nordeste cobram 7% nas transações interestaduais e os demais, 12%. Governadores reclamam que perderão receita durante a transição. O **Governo Federal** sugere a criação de um Fundo de Compensação **Regional** para recompor o caixa dos Estados perdedores.

#### **Defesa**

Em nota enviada no início da tarde, a Agência de Comunicação do Governo (Agecom) informou que Omar defendeu tratamento diferenciado para a **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** na proposta do **Governo Federal** de mudança na apuração do **ICMS**, com a definição de alíquota única de 4% para todos os Estados.

O governador disse que seu posicionamento em defesa do **Amazonas** foi para evitar não somente a perda de receita com o tributo, mas, principalmente, para garantir a

manutenção dos empregos gerados no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

"Com essa proposta do Governo de reduzir para 4% o **ICMS** interestadual nós teríamos uma perda que, só de **ICMS**, seria de cerca de 75% ao ano. E isso teria um efeito cascata imenso porque o repasse do **ICMS** não é só do Estado, mas é feito para os poderes, para os municípios. Seria uma quebraadeira", pontuou. A arrecadação do **ICMS** do **Amazonas** é da ordem de R\$ 6 bilhões ao ano, segundo o governador.

Omar Aziz afirmou que o **Amazonas** é a favor do fim da guerra fiscal, que também é prejudicial ao Estado, mas a preocupação é com a economia amazonense. Para Omar Aziz, a compensação financeira à perda de receita, prevista na proposta do **Governo Federal** por meio da criação de um Fundo de Compensação **Regional**, não é satisfatória para o **Amazonas**, pois não compensa o desemprego.

"Mesmo com a compensação financeira você não tem como compensar empregos. Você pode ter a compensação pura e simples do **ICMS**, mas o que está em questão são os empregos do Polo Industrial que precisam ser mantidos", disse.

#### **Compromisso**

Ele afirmou, ainda, que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, "se comprometeu em levar em conta a peculiaridade do **Amazonas** em razão dos incentivos fiscais assegurados constitucionalmente à **Zona Franca** de **Manaus**".

"Há um compromisso de que a **Zona Franca** de **Manaus** será tratada de forma diferente a fim de garantir a competitividade e a não perda de receita. Não adianta você só ter a compensação financeira, ela não garante emprego a ninguém, minha preocupação é com os empregos", afirmou. Uma nova reunião será marcada com o ministro para discutir a excepcionalidade da **ZFM**, segundo Omar Aziz. A data ainda será definida.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governador do AM terá nova reunião com ministro para tratar sobre <u>ICMS</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

**Omar Aziz afirmou que não concorda com a proposta do governo, porque ela é extremamente prejudicial para o Amazonas**

**08 de Novembro de 2012**

**EMANUELLE ARAÚJO**

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, marcará um novo encontro com o governador Omar Aziz (PSD) para tratar de forma diferenciada o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Amazonas. A declaração foi feita por Aziz, nesta quarta-feira (07), em Brasília, ao final de uma reunião de mais de três horas do ministro com governadores de todos os Estados para tratar sobre a proposta do Governo Federal de unificar em 4% a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS).

Omar Aziz afirmou que não concorda com a proposta do governo, porque ela é extremamente prejudicial para o

Amazonas e representaria uma perda de 75% do ICMS estadual que é estimado em mais de R\$ 6 bilhões ao ano. “Haverá um novo encontro com o ministro (Guido Mantega) para garantir a competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM) e não perda de receita para nosso Estado. A proposta do governo vai gerar um efeito cascata enorme, porque o repasse do ICMS também é feito para os municípios e para os poderes”, comentou Aziz.

O governador também não concorda com a medida de compensação proposta pelo governo, que é a criação de um fundo para ajudar nas perdas que os estados terão com a unificação do ICMS em 4%. “Não tem como compensar empregos. O fundo inviabiliza a criação de novos empregos. Temos sim uma preocupação de acabar com a ‘guerra fiscal’. Porque, o Amazonas perde com a guerra. Mas não dá para acabar com a guerra fiscal quebrando regras estabelecidas pela Constituição, que são as prerrogativas da Zona Franca”, disse Omar.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Confaz define regras para acabar com "guerra dos portos"</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

#### Por De Brasília

Os detalhes que faltavam os para colocar um fim à chamada "guerras dos portos" foram acertados ontem, durante reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que aprovou a regulamentação da Resolução 13, do Senado Federal.

As novas regras unificam em 4% a alíquota interestadual do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre bens importados, ou sobre aqueles que, mesmo passando por processo produtivo no país, continuaram com conteúdo importado superior a 40%. Com isso, tenta se coibir a prática adotada por alguns Estados, que, para atrair investimentos para suas regiões, reduzem ou zeram a alíquota de ICMS para bens que ingressam no país pelos portos locais.

De acordo com o secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, o Confaz tratou da especificação dos controles da Resolução 13. Foram discutidas e aprovadas as pautas das reuniões técnicas feitas previamente, que especificaram os modelos burocráticos que serão seguidos para identificar os diferentes tipos de mercadorias e graus de conteúdo de importação.

"Não acredito que seja uma posição final, no entanto esse é um passo importante e relevante, porque define que as mudanças terão início dia 1º de janeiro de 2013, sem adiamento como estavam querendo alguns Estados", disse Calabi, ao sair da reunião.

Entre os acertos feitos ontem, ficou determinado que o remetente da mercadoria será responsável por declarar o percentual de importação do produto e recolher o ICMS devido, que essa declaração deverá ser feita por meio digital.

Os artigos sem similar nacional pagarão o ICMS normal, de 7% a 12%, conforme lista divulgada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex). Se o produto estiver fora da lista, o imposto volta a ser de 4%.

Para os produtos que são utilizados nos chamados Processos Produtivos Básicos (PPBs) - como aqueles feitos na Zona Franca de Manaus - estão mantidos os percentuais hoje aplicados, porque nesse modelo de produção já há tratamento diferenciado. A importação de gás natural também não está sujeita à alíquota unificada de 4%. Também ficou acertado que as secretarias estaduais de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação prestarão assistência mútua para a fiscalização das operações. (EC e TR)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Proposta de reforma do <u>ICMS</u> divide governadores</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Por Edna Simão, Lucas Marchesini, Eduardo Campos e Thiago Resende | De Brasília**

O **Governo Federal** enfrenta a resistência política dos governadores para fazer a reforma do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**, mesmo com a promessa do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que as perdas de arrecadação serão integralmente compensadas e os benefícios concedidos anteriormente, convalidados. Até a troca do indexador da dívida dos Estados com a União foi colocada à mesa por Mantega para tentar destravar as negociações em torno do **ICMS**, que se arrastam há anos.

Os governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste até aceitam a reforma do **ICMS**, mas não nos moldes propostos pelo **Governo Federal**. A iniciativa do Executivo conta com apoio dos Estados do Sul e Sudeste e Sul, desde que o ressarcimento das perdas seja automático. O difícil é chegar a um consenso sobre os detalhes de como será feita a compensação, o que será tema de reunião dos secretários de Fazenda dos Estados.

A proposta apresentada ontem pelo ministro Mantega prevê a unificação em 4% da alíquota interestadual do **ICMS**, que atualmente corresponde a 12% e 7%, para acabar com a guerra fiscal e, conseqüentemente, com a insegurança jurídica que atrapalha o aumento dos investimentos privados. O prazo de transição será de oito anos. "Se isso pudesse entrar em vigor em 2013 seria bom. Entraria junto com a redução de energia elétrica", disse Mantega, acrescentando que esta é mais uma ação do governo para reduzir custos e estimular a competitividade e, conseqüentemente, o crescimento econômico.

Para tentar conseguir a simpatia dos governadores, o ministro disse que será editada, após a aprovação de resolução do Senado que trata da unificação do **ICMS**, uma medida provisória criando dois fundos. Um para compensação de receitas, que deve contar com algo entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões. O outro será o Fundo de **Desenvolvimento Regional**, cuja previsão inicial é de aporte de R\$ 4 bilhões, atingindo R\$ 172 bilhões até 2028. As transferências da União para o fundo serão por 16 anos.

Os governadores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste disseram que são contrários à unificação da alíquota do **ICMS**. Propuseram, novamente, a redução das alíquotas de 12% e 7% para 7% e 2% ao longo de 15 anos. Para o governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), o governo quer "tirar a casquinha da ferida" ao discutir apenas o **ICMS**. Para Puccinelli, todos os assuntos envolvendo reforma tributária, Fundo de Participação dos Estados (FPE), Lei Kandir e royalties do petróleo devem ser discutidos em conjunto.

A desconfiança desses governadores gira em torno da compensação das perdas e dos prazos em que isso irá acontecer. Há dúvidas sobre a efetiva compensação das perdas. Temem que o ressarcimento fique parecido com o que era previsto pela Lei Kandir para compensar a isenção de **ICMS** feita por Estados **exportadores**.

O governador do Ceará, Cid Gomes (PSB), disse que "um simples fundo de **desenvolvimento regional** não é suficiente". O governador do **Amazonas**, Omar Aziz (PSD), citou o impacto negativo que a proposta traria para a **Zona Franca de Manaus**. Os fundos não compensariam a perda de empregos no Estado que ocorreria em função da diminuição da competitividade.

Para a governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, os Estados mais pobres usam a redução do tributo como forma de incentivo para atrair empresas, gerando emprego e renda.

Mesmo com a estimativa de perder R\$ 2 bilhões com a mudança proposta pelo Executivo, a proposta de criação dos fundos agradou o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB). Para o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), cabe ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprofundar a proposta. "O que não deve acontecer é manter a diferença de alíquota. Pois o governo vai gastar uma fábula em compensação e não vai resolver o problema da guerra fiscal, que se faz em cima da diferença de alíquota interestadual", disse.

Mantega diz que terá o apoio dos governadores, desde que faça mudanças na proposta. "Nenhum governador disse que é contra a proposta em si." O ministro trabalha com

a aprovação das mudanças ainda neste ano. Mantega ressaltou que se o governo não fizer a reforma do **ICMS** de maneira consensual, "ela será feita pelo Judiciário".

Apesar de evitar uma vinculação direta, Mantega acenou aos governadores com a possibilidade de troca do indicador de correção das dívidas estaduais com a União, que passaria de IGP-DI mais um percentual, que varia entre 6% e 9%, pela Selic, hoje em 7,25%. Isso não implicaria alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Neste caso, o governadora do Rio Grande do Norte defende, assim como outros governadores, que a medida seja retroativa ao início de 2012.

Para o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Sérgio Prado, o grande desafio da proposta do **Governo Federal** é estabelecer a fatia que caberá a cada Estado no fundo de compensação que o **Governo Federal** propõe para atenuar eventuais perdas de arrecadação.

O consultor Clóvis Panzarini, ex-coordenador de administração tributária da Secretaria da Fazenda de São Paulo, diz que os Estados **exportadores** líquidos, como São Paulo e **Amazonas**, são os que perdem a curto prazo, porque deixam de arrecadar parte do **ICMS** que passará a ser recolhida no Estado de destino. Mas ganham no longo prazo, porque deixarão de ter as perdas com a guerra fiscal.

Para Panzarini, o contexto é propício para concretizar a antiga ideia da unificação total do **ICMS** interestadual. "Há a pressão de um julgamento do Supremo e isso pode fazer com que os governadores tenham interesse em resolver o assunto." (Colaborou Marta Watanabe, de São Paulo)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo pode editar MP para compensar Estados</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Por Raymundo Costa e Raquel Ulhôa | De Brasília

As implicações políticas e jurídicas ao veto ou à sanção do projeto de lei que promove redistribuição da renda do petróleo - royalties e participação especial (PE) - aprovado pela Câmara dos Deputados, na terça-feira, ainda estão em estudo no Palácio do Planalto, mas a tendência da presidente Dilma Rousseff é sancionar a lei com vetos secundários e editar uma medida provisória para compensar Rio de Janeiro e Espírito Santo por um determinado período. Até 2020, por exemplo. A assessoria do Palácio do Planalto divulgou nota na noite de ontem na qual informa que a presidente Dilma fará uma "exaustiva análise" do projeto antes de concluir sobre a sua sanção, veto total ou veto parcial.

As bancadas parlamentares dos dois Estados, revoltadas com as perdas de receita, reuniram-se ontem e pediram audiência com a presidente. Vão entregar uma carta lembrando-a de seu compromisso com o respeito aos contratos vigentes e à receita adquirida e pedindo veto parcial dos dispositivos que consideram prejudiciais ao pacto federativo. A decisão de ir à Justiça será tomada somente depois de terem uma posição do governo.

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio enviou aos parlamentares do Estado a estimativa de perda: R\$ 4,6 bilhões já a partir do ano que vem (R\$ 2,79 bilhões no caso do Estado e R\$ 2,56 bilhões das prefeituras). Até 2030, o prejuízo seria de R\$ 116,7 bilhões, para Estado e seus municípios. O Espírito Santo estima seus prejuízos em R\$ 11 bilhões ao longo de dez anos, pouco mais de R\$ 1 bilhão por ano, a partir de 2012.

"Nunca na história um projeto de lei aprovado no Congresso reuniu tantas irresponsabilidades, em diferentes óticas, o que decorreu de uma votação pautada pela irracionalidade e promessa de Eldorado", afirmou o senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Ele cita, entre os problemas do projeto, um erro formal: a soma dos percentuais de uma tabela totaliza 101% em vez de 100%. A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) afirmou ontem que esse é um problema que o Congresso tem que resolver.

No fim da sessão do Senado desta quarta-feira, foi lido ofício do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao presidente

da Casa, José Sarney (PMDB-AP), explicando ter havido uma "imprecisão" no substitutivo de sua autoria, que trata da distribuição da renda do petróleo (royalties e participação especial), aprovado em 2011 e homologado pela Câmara na noite de terça-feira.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) considerou o resultado da votação uma "marcha da insensatez" e que a distribuição dos recursos é inconsequente. "Foi uma vitória da politicagem e da mediocridade contra o bom senso."

Pelo menos até agora, o veto total é considerado a pior alternativa pelo Planalto. A decisão da presidente abriria passagem para um projeto do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) considerado pior que o texto aprovado pela Câmara. Outra opção seria vetar mutilando o texto no essencial. A presidente apenas abriria um contencioso desnecessário com a Câmara, o que prefere evitar.

O resultado da votação foi mais uma derrota do governo, que contou com articulação de parlamentares da base, já que a questão divide Estados - e não governo e oposição.

O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), disse esperar que a presidente faça o menor número de vetos, já que a proposta atende a 25 Estados brasileiros. "O bom é que viramos esta página. Cumprimos nossa obrigação de votar as matérias que estão sobre nossa responsabilidade", afirmou. O projeto aprovado contraria o interesse da União, que pretendia destinar todo o recurso do petróleo à educação e não queria mexer na distribuição dos poços já licitados.

Nem mesmo o substitutivo do relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), atendia totalmente ao Palácio do Planalto, porque mexia na arrecadação atual, mas era considerado mais equilibrado e destinava quase toda a verba para a educação. Mas até ele desagradava aos Estados não produtores, de um lado, e os produtores, de outro. Foi derrotado pelo plenário, que, num resultado surpreendente, restabeleceu a proposta do Senado, com a redistribuição do dinheiro dos campos já explorados e sem vincular à educação.

Contrariando orientação de Dilma, Maia, Zarattini e representantes de Estados não produtores alegam que não há quebra de contrato, porque os contratos entre União e

petroleiras não detalha a distribuição do dinheiro. Além disso, os não produtores consideram o petróleo do mar um bem da União, e não dos Estados cujo litoral fica em frente a campos.

O pior dos cenários, no Palácio do Planalto, é a disputa entre os Estados pelos royalties do petróleo acabar no Supremo Tribunal Federal, o que a cada dia parece mais inevitável. A sanção com vetos secundários e a edição da MP poderia evitar mais esse contencioso com o Judiciário. Até porque o Rio não tem segurança de sair vitorioso no STF.

"Essa é a grande preocupação. Até porque todos nós sabemos que decisões sobre matérias polêmicas como essas no judiciário tendem a ser muito demoradas. Demoram para ser decididas. E, portanto, os [Estados] que estavam com tanta vontade de que [o recurso] fosse dividido mais rapidamente talvez, com a judicialização, vão acabar tendo de aguardar a decisão do processo judicial", afirmou Ideli.

O aspecto eleitoral também está sendo considerado no Palácio do Planalto. Se vetar o texto aprovado, a presidente deixará mais de 5.000 prefeitos descontentes, o que deverá ter reflexos em sua reeleição. A pressão dos prefeitos por recursos é intensa - não são poucos os que se dizem sem condições de virar o ano atendendo aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que "o governo não é simpático" à proposta, porque "ela mexe com contratos passados", porém, não "há definição se o governo vai vetar ou não". O ministro disse ainda que não há "uma avaliação das consequências do projeto".

Mantega abordou a questão ao ser questionado se não seria melhor tratar a divisão dos royalties ao mesmo tempo da mudança na alíquota do **ICMS**. Segundo ele, "são conflitos diferentes que devem ser tratados separadamente".

Como exemplo, Mantega citou a reforma tributária. "Quando tentamos fazê-la de uma vez, foi muito difícil e não conseguimos. Agora estamos fazendo a reforma de forma fatiada", disse. "Estamos resolvendo o **ICMS**, o PIS Cofins está avançando e desoneramos a folha salarial."

Ele concluiu afirmando que "a reforma do **ICMS** já é bastante complexa e suficientemente difícil para exigir as nossas energias". (Colaboraram Lucas Marchesini, Eduardo Campos, Edna Simão e Thiago Resende)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mantega negocia para reduzir o <u>ICMS</u> entre os estados</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Contra guerra fiscal, governo propõe unificar ICMS em 4%**

**Fundo de desenvolvimento regional compensaria perda de estados**

**Cristiane Bonfanti**

**Vivian Oswald**

BRASÍLIA O Executivo apresentou ontem aos governadores das 27 unidades da federação uma proposta de reforma do ICMS que prevê a unificação da alíquota em 4% para as transações comerciais entre os estados ao longo de oito anos. Hoje, ela varia de 7% a 12% e é usada pelas administrações regionais para atrair investimentos. A iniciativa faz parte da estratégia do Governo Federal de tentar avançar na reforma tributária, ainda que fatiada. Para compensar os estados que perderão arrecadação com o fim da chamada guerra fiscal, o Ministério da Fazenda sugeriu a criação de um fundo de compensação, que deverá variar de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões por ano, além de um fundo de desenvolvimento regional que contará com R\$ 172 bilhões durante 16 anos e terá por objetivo beneficiar os estados mais pobres do país.

- Apenas iniciamos a discussão. Estamos colocando a bola em campo. No fim das contas, (a mudança) beneficia a todos. Calculamos que os benefícios que são dados (pelos estados) devem chegar a R\$ 100 bilhões por ano, que os estados estão renunciando para dar estímulo às empresas - avaliou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que comandou o encontro de ontem.

Após a reunião em seu gabinete, Mantega reconheceu que é preciso chegar a um consenso entre os estados, mas disse estar confiante em que este capítulo da novela do ICMS será aprovado ainda este ano por meio de uma resolução do Senado. Para contar com a boa vontade dos estados, o ministro fez questão de enumerar aos governadores as iniciativas adotadas até agora pelo Governo Federal para incentivar as unidades da federação.

Os governadores, contudo, ainda estão divididos e têm desconfianças sobre o formato e a eficácia do fundo de compensação. Enquanto os do Nordeste pedem duas taxas

diferentes para a nova alíquota do ICMS interestadual, os do sul querem uma cobrança única.

**imposto de 4% para importados**

O governador de Goiás, Marconi Perillo, disse que, para que seja feita uma unificação, é preciso ter garantia de uma proposta de compensação. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, também destacou a necessidade do ressarcimento.

- O que não deve acontecer é manter a diferença de alíquota, porque (o governo) vai gastar com fundo de compensação e não vai resolver o problema da guerra fiscal - considerou.

O Fundo de Desenvolvimento Regional, que contará com recursos orçamentários e financeiros, permitirá que os governos locais ofereçam atrativos para que as empresas se instalem em seus estados. No primeiro ano contará com R\$ 4 bilhões e com R\$ 12 bilhões a partir de 2017. Ainda será definido um critério para que haja uma destinação desse fundo.

Em reunião extraordinária ontem no Ministério da Fazenda, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) regulamentou a Resolução 13, principal instrumento legal sobre o fim da guerra nos portos. Aprovada no Senado em maio, ela estabelece que pagam 4% de ICMS interestadual as mercadorias totalmente importadas e aquelas que, depois de submetidas a processo de industrialização, tiverem mais de 40% de conteúdo importado. A nova regra passa a valer em 1º de janeiro. Na prática, produtos importados passam a recolher 4% do imposto nas transações em que ingressarem por um estado e passarem para outro. Hoje, essa tributação vai de 7% a 12%.

**Contra guerra fiscal, governo propõe unificar ICMS em 4%**

**Fundo de desenvolvimento regional compensaria perda de estados**

**Cristiane Bonfanti**

**Vivian Oswald**

BRASÍLIA O Executivo apresentou ontem aos governadores das 27 unidades da federação uma proposta de reforma do **ICMS** que prevê a unificação da alíquota em 4% para as transações comerciais entre os estados ao longo de oito anos. Hoje, ela varia de 7% a 12% e é usada pelas administrações regionais para atrair investimentos. A iniciativa faz parte da estratégia do **Governo Federal** de tentar avançar na reforma tributária, ainda que fatiada. Para compensar os estados que perderão arrecadação com o fim da chamada guerra fiscal, o **Ministério** da Fazenda sugeriu a criação de um fundo de compensação, que deverá variar de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões por ano, além de um fundo de **desenvolvimento regional** que contará com R\$ 172 bilhões durante 16 anos e terá por objetivo beneficiar os estados mais pobres do país.

- Apenas iniciamos a discussão. Estamos colocando a bola em campo. No fim das contas, (a mudança) beneficia a todos. Calculamos que os benefícios que são dados (pelos estados) devem chegar a R\$ 100 bilhões por ano, que os estados estão renunciando para dar estímulo às empresas - avaliou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que comandou o encontro de ontem.

Após a reunião em seu gabinete, Mantega reconheceu que é preciso chegar a um consenso entre os estados, mas disse estar confiante em que este capítulo da novela do **ICMS** será aprovado ainda este ano por meio de uma resolução do Senado. Para contar com a boa vontade dos estados, o ministro fez questão de enumerar aos governadores as iniciativas adotadas até agora pelo **Governo Federal** para incentivar as unidades da federação.

Os governadores, contudo, ainda estão divididos e têm desconfianças sobre o formato e a eficácia do fundo de compensação. Enquanto os do Nordeste pedem duas taxas diferentes para a nova alíquota do **ICMS** interestadual, os do sul querem uma cobrança única.

#### **imposto de 4% para importados**

O governador de Goiás, Marconi Perillo, disse que, para que seja feita uma unificação, é preciso ter garantia de uma proposta de compensação. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, também destacou a necessidade do ressarcimento.

- O que não deve acontecer é manter a diferença de alíquota, porque (o governo) vai gastar com fundo de compensação e não vai resolver o problema da guerra fiscal - considerou.

O Fundo de **Desenvolvimento Regional**, que contará com recursos orçamentários e financeiros, permitirá que os governos locais ofereçam atrativos para que as empresas se instalem em seus estados. No primeiro ano contará com R\$ 4 bilhões e com R\$ 12 bilhões a partir de 2017. Ainda será definido um critério para que haja uma destinação desse fundo.

Em reunião extraordinária ontem no **Ministério** da Fazenda, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) regulamentou a Resolução 13, principal instrumento legal sobre o fim da guerra nos portos. Aprovada no Senado em maio, ela estabelece que pagam 4% de **ICMS** interestadual as **mercadorias** totalmente **importadas** e aquelas que, depois de submetidas a processo de industrialização, tiverem mais de 40% de conteúdo **importado**. A nova regra passa a valer em 1º de janeiro. Na prática, produtos **importados** passam a recolher 4% do imposto nas transações em que ingressarem por um estado e passarem para outro. Hoje, essa tributação vai de 7% a 12%.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Divergência de estados</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os governadores dos estados estão divididos em relação à proposta do governo de redução do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**. O impasse é, sobretudo, em relação à equiparação da alíquota interestadual para todas as regiões. Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, Centro-Oeste, Norte e Nordeste defendem a necessidade de manter a diferença de alíquotas que existe hoje. Já as regiões mais industrializadas, Sudeste e Sul, querem a redução gradual, até que se chegue a uma alíquota igual para todos. “A maioria dos governadores é favorável a que haja essa mudança, mas com propostas um pouco diferentes das que apresentamos. Três regiões defendem que em vez de cair para 4% uniformemente ela passe de 12% para 7% no Centro-Oeste, Norte e Nordeste e de 12% para 4% ou 2% nas demais regiões”, afirmou o ministro.

Partidário dessa proposta, o governador do Ceará, Cid Gomes (PSB), afirma que a diferença deve ser preservada já que essas regiões são menos industrializadas. “O Nordeste, Norte e o Centro-Oeste têm um baixíssimo índice de industrialização e precisam de incentivos. Sem isso essas regiões não vão se desenvolver”, afirmou o governador. Ele defendeu também que, aliada à redução do imposto, haja

uma política de incentivo fiscal considerando tributos federais para essas regiões.

Para o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), apesar de o DF estar em uma região que, em tese, teria perdas maiores com a unificação do imposto, a proposta do governo é “consistente, duradoura e segura”. O governador afirma que a guerra fiscal representa perdas não só para os estados, mas para todo o país. “Pela primeira vez temos uma proposta firme para reduzir a guerra fiscal que prejudica o país de forma estúpida e por isso não pode continuar. Todos os anos o **Brasil** perde bilhões e bilhões de arrecadação com isso”, afirmou Agnelo.

Pela proposta apresentada pelo governo, o estado mais prejudicado seria o **Amazonas** por conter a **Zona Franca** de **Manaus**, que já tem permissão constitucional para desonerar o **ICMS**. Segundo o governador do estado, Omar Aziz (PSD), com a redução de alíquota para 4% as perdas poderiam chegar à 75% da arrecadação de **ICMS**.

	VEÍCULO PORTAL DA <b>AMAZÔNIA</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Ajuste do <u>ICMS</u> vai interferir na <u>Zona Franca de Manaus</u>, diz Omar</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**No encontro com o ministro Guido Mantega o governador afirmou que a preocupação é com a manutenção dos empregos da ZFM.**

O governador afirmou que seu posicionamento em defesa do Amazonas é para evitar a perda de receita com o tributo e garantir empregos da ZFM. Foto: Alex Pazuello

**MANAUS** – Na apresentação da proposta de mudança na apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) o governador do Omar Aziz defendeu um tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus (ZFM) em relação à uma tarifa única de 4% para todos os Estados do Brasil. A proposta foi apresentada, na manhã desta quarta-feira (7), em Brasília (DF), pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O governador afirmou que seu posicionamento em defesa do Amazonas foi para evitar a perda de receita com o tributo, e, principalmente, para garantir a manutenção dos empregos gerados no Polo Industrial de Manaus (PIM). A arrecadação do ICMS do Amazonas é da ordem de R\$ 6 bilhões ao ano.

“Com essa proposta do Governo de reduzir para 4% o ICMS interestadual nós teríamos uma perda que, só de ICMS, seria de cerca de 75% ao ano. Isso teria um efeito imenso porque o repasse do ICMS não é só do Estado, mas é feito para os poderes, para os municípios”, pontuou.

#### **Guerra fiscal**

Omar Aziz afirmou que o Amazonas é a favor do fim da guerra fiscal, que também é prejudicial ao Estado, mas a preocupação é com a economia amazonense. Para Omar Aziz, a compensação financeira à perda de receita, prevista na proposta do Governo Federal por meio da criação de um Fundo de Compensação Regional, não é satisfatória para o Amazonas, pois não compensa o desemprego.

“Mesmo com a compensação financeira você não tem como compensar empregos. Você pode ter a compensação pura e simples do ICMS, mas o que está em questão são os empregos do Polo Industrial que precisam ser mantidos”, frisou.

#### **Compromisso com ZFM**

Omar Aziz afirmou, ainda, que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se comprometeu em levar em conta a peculiaridade do Amazonas em razão dos incentivos fiscais assegurados constitucionalmente à Zona Franca de Manaus. “Há um compromisso de que a Zona Franca de Manaus será tratada de forma diferente a fim de garantir a competitividade e a não perda de receita. Não adianta você só ter a compensação financeira, ela não garante emprego a ninguém, minha preocupação é com os empregos”, reafirmou.

Uma nova reunião será marcada com o ministro para discutir a excepcionalidade da ZFM, segundo Omar Aziz. A data ainda será definida.

Durante o encontro, os governadores também discutiram temas como os juros cobrados no pagamento da dívida de cada Estado com a União que, de acordo com o governador do Amazonas, estão muito acima do praticado pelo mercado. Na pauta da reunião também estavam as perdas no Fundo de Participação dos Estados (FPE) e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Amazonas se diz prejudicado</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Para Omar Aziz, recursos federais não compensam desemprego na Zona Franca

A proposta do **Governo Federal** de reduzir e unificar a alíquota do **ICMS** para transações interestaduais desagradou a maioria dos representantes dos estados brasileiros. Mas, um em particular, pela peculiaridade de abrigar a **Zona Franca** de **Manaus**, deve sofrer mais: o **Amazonas**. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu que esse seria o maior perdedor com a redução da alíquota. “Mas os fundos vão compensar isso. Não pode haver perdas para a região Norte. Trata-se apenas de detalhar com ele o tamanho do fundo para que fique mais clara a compensação”, garantiu. No entanto, o governador Omar Aziz (PSD) diz que a questão não é propriamente o recebimento de recursos federais, mas, sim, o nível de empregos que pode ser reduzido com o desestímulo das empresas que estão instaladas na **ZFM** em relação à perda dos benefícios do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) que hoje elas têm. “Existe um efeito cascata grande. A **Zona Franca** gera diretamente cento e poucos mil empregos, mas, indiretamente, mais de 500 mil. Essa economia não pode ser substituída simplesmente pela reposição do que deixa de arrecadar no **ICMS**. As indústrias sairiam de lá”, disse ao final da reunião.

#### Pacto federativo

Os governadores centraram posição na necessidade de o **Governo Federal** coordenar uma discussão que possa abranger todos os pontos do pacto federativo que estão em evidência neste ano: guerra fiscal, Fundo de Participação dos Estados (FPE), royalties, Lei Kandir e a renegociação da dívida. “É preciso ter uma visão do conjunto para poder enxergar melhor”, destacou Geraldo Alckmin (PSDB), de São Paulo. Mais enfático, seu colega do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), defendeu uma reforma geral: “Tudo tem de ser visto em conjunto e que se toque o dedo na ferida. Porque, só tirar a casquinha da ferida de pouquinho em pouquinho, não resolve”. O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), uniu-se ao coro e lembrou que, apenas neste ano, foram aprovadas no Congresso Nacional duas ações que deixam seu estado com uma perspectiva de muitas perdas de receitas pelos próximos anos. “Em janeiro entra em vigor a alíquota de 4% para os **importados**, o que vai prejudicar o movimento de nosso porto, e agora essa questão da distribuição dos royalties do petróleo”. Mantega afirmou que todas essas questões são muito complexas e de responsabilidades muito diferentes para serem resolvidas “de uma tacada só”. “Se conseguir avançar uma a uma será mais produtivo”. ■S.C

	VEÍCULO ARIQUEMES ON LINE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Zona Franca de Manaus: Estado de São Paulo trava uma 'guerra' velada' contra o Amazonas</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**São Paulo tenta anular decisão favorável ao AM sobre incentivos para tablets**

**Governo paulista pede a reconsideração da decisão monocrática do ministro Celso de Mello, do STF, que deferiu medida cautelar proposta pelo governo do Amazonas.**

Brasília - O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), está tentando anular, ainda que de forma temporária, a decisão do ministro Celso de Mello em favor do **Amazonas** a respeito da disputa fiscal em relação às empresas fabricantes de tablets.

O gabinete do governador tucano deu entrada, ontem, a uma petição junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a “reconsideração” da decisão monocrática do ministro, dada no dia 29 de outubro, em que foi deferida a medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) Nº 4635 proposta em julho do ano passado pelo Governador do **Amazonas**, Omar Aziz (PSD), contra o Governo e a Assembleia Legislativa de São Paulo.

A medida proposta pelo governador do **Amazonas** questionava os incentivos fiscais concedidos pelo Estado de São Paulo, mediante o Decreto Nº 57.144, às empresas fabricantes de tablets instaladas naquela região. Na decisão do dia 29 de outubro, o ministro Celso de Mello entendeu que a concessão de benefícios fiscais estaduais só poderia ser concedida a partir de celebração de convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e que qualquer dispositivo referente à isenção ou incentivo fiscal sem anuência da entidade fere o pacto federativo. Além de deferir o pedido do **Amazonas** e anular os atuais benefícios de São Paulo, o ministro impossibilitou a criação de dispositivos similares até o julgamento final da ADI.

Na Petição Nº 57836, apresentada ontem, o Governador de São Paulo cita a Lei Federal Nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, que dispõe sobre as decisões

referentes às ações direta de inconstitucionalidade. O documento afirma que a apreciação e deferimento de liminares referentes às ADIs precisam ser avaliadas pelo plenário durante sessão em que estejam presentes, no mínimo, oito ministros. Decisões monocráticas, como no caso da que favoreceu o **Amazonas**, só podem ocorrer nestes casos, ainda de acordo com a argumentação da petição, em períodos de recesso.

O documento questiona, ainda, a argumentação, dada pelo próprio STF para deferir a ADI do **Amazonas** em decisão monocrática, de que a pauta de julgamentos do plenário estava ocupada com a Ação Penal 470, conhecida como julgamento do “Mensalão”. “Estando simplesmente ocupada a pauta de julgamento do Plenário por preferência ou demanda prévia ou delongada, resta prejudicada a justificativa de concessão da medida com base na exceção prevista no art. 10 da Lei nº 9.868/99, por não configurar a hipótese de ‘recesso’”, diz trecho da petição paulista.

De tal modo, o governo de São Paulo pede ainda a suspensão da decisão monocrática que anulou o decreto paulista até que a ADI seja julgada em plenário. A petição solicita ainda que o documento seja considerado como “agravo regimental” caso o pedido de reconsideração não seja suficiente para anular a decisão do ministro Celso de Mello. A petição, do dia 5 de novembro – data em que a decisão do ministro Celso de Mello em favor do **Amazonas** foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico –, é assinado pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e pelo procurador-geral do Estado, Elival da Silva Ramos.